

## TRAJETÓRIAS DO ENSINO NO BRASIL: CRISES HERDADAS E FUTURO INCERTO

Mariana Duarte<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente ensaio foi elaborado como avaliação final da disciplina de História da Leitura e da Escrita no Brasil, ministrada pela professora doutora Marília Conforto no período do primeiro semestre letivo de 2014, pelo Programa de Doutorado em Letras UCS/Associação Ampla UniRitter. O trabalho consiste em uma breve abordagem acerca da história da leitura, da escrita e do ensino no país, apropriando-se também de questionamentos sobre quem é e como foi formado o público leitor brasileiro assim como os entraves da educação na pós-modernidade, e, a partir do estudo da obra **A sociedade individualizada** de Zygmunt Bauman, em especial nas Universidades assim como os desafios mediante a revolução tecnológica.

**Palavras-chave:** Leitura, Escrita, Ensino, História, Brasil.

## TRAJECTORIES OF EDUCATION IN BRAZIL: CRISES INHERITED AND FUTURE UNCERTAIN

**ABSTRACT:** This article was elaborated as final evaluation of the course of History of the Lecture and the Writing in Brasil, ministries by the professor Dr. Marília Conforto, in the first semester 2014, by the program of Programa de Doutorado em Letras UCS/Associação Ampla UniRitter. The work consists in a brief overview on the history of reading, writing and teaching in the country, also appropriating of questions about who is and was formed as a public of Brazilian lectors and restrictions of education in postmodernity, and, from the study of the work of Zygmunt Bauman in **A sociedade individualizada**, particularly in the universities and the challenges through technological revolution.

**Keywords:** Reading, Writing, Education, History, Brazil.

### INTRODUÇÃO

Na obra de Fernando Seffner **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas** (2011), o autor dedica um capítulo apenas para relatar o percurso e dar sugestões sobre a importância da leitura e do ato de escrever na História. Seffner recorda que na *Enciclopédia, ou Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios, por uma sociedade de letrados*, editada por Diderot e D'Alambert na França, entre os anos de 1751 e 1772, temos um conjunto de definições acerca da História e da Ciência. Entre as elas está a seguinte citação:

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras - Universidade de Caxias do Sul / Associação ampla UniRitter. Contato: [mariana.duarte01@gmail.com](mailto:mariana.duarte01@gmail.com)

Saber ler é algo tão importante para os autores da *Enciclopédia* que eles propõe uma sociedade de homens leitores (sociedade de letrados) e, portanto, mais felizes.

Podemos nos questionar muito sobre esta via de mão dupla que é o ato da alfabetização. Seremos mais felizes como leitores e relatores de nossa vida e nossa história, assim como da sociedade ao nosso redor, ou, será que quanto mais adquirimos conhecimento e realizamos leituras de informações diversas, vamos nos tornando mais infelizes e frustrados?

Antes de respondermos estas questões sobre qual é o caminho para aliar conhecimento e felicidade, é preciso refletir a respeito da história do nosso país ao pensarmos na formação de seus leitores.

## **TRAJETÓRIA DO ENSINO NO BRASIL**

Para refletirmos sobre a formação dos letrados brasileiros, devemos realizar uma viagem temporal. No Brasil Colônia, por exemplo, o ato de ler era permitido a poucos: aos portugueses que aqui chegaram, aos senhores e aos seus filhos, as pessoas ligadas à administração da Colônia, aos jesuítas e ao clero. Aos escravos e empregados de nobres o direito a leitura não lhes era outorgado, assim como os direitos à leitura e a escrita, estes não tinham direito sequer à moradia, à alimentação, à saúde. Estes fatores mantinham o ato de aprender a ler afastado dos principais interesses e necessidades básicas da população.

O privilégio da leitura e da escrita era de alguns e o material escrito se resumia a textos autobiografados, relatos de viajantes, textos escritos manualmente (como cartas) e os documentos feitos em cartório: certidão de casamentos, nascimento e títulos de propriedade. Sendo assim, segundo o historiador Antônio Pedro, em **História da civilização oriental: geral e Brasil** (1997), havia pouco material de leitura e escrita e era destinado aos que gozavam de excelente posição social. Mais uma vez a leitura torna-se um bem ainda mais distante do povo. Se estes de classes menos abastadas necessitavam preocupar-se primeiramente com as necessidades básicas, como moradia e alimentação, mesmo que possuíssem interesse na leitura, estavam privados disto, já que o material estava disponível apenas para os de classes superiores.

No que diz respeito à educação no Brasil, falar das primeiras escolas desse país, como escreveu Serafim Leite em **Páginas da História do Brasil**, é “evocar a epopeia dos jesuítas do séc. XVI” (LEITE, 1937, p. 38). Enquanto se fundava a cidade de Salvador, quinze dias

após a chegada dos jesuítas, funcionava uma escola de ler e escrever. E essa política eles mantinham sem alterações durante anos: sempre abrir uma escola onde quer que se erguesse uma Igreja. Aparentemente via-se aqui uma boa solução para os iletrados, mas, essa escola criada pela igreja, também se passava por um meio de segregação.

Durantes o período que compreende os séculos do Brasil colonial, a leitura oralizada é algo muito comum realizado entre grupos de amigos. A distinção entre a leitura oralizada e a leitura silenciosa pode ser compreendida, sobretudo como uma indicação das grandes diferenças culturais, sociais e econômicas de uma sociedade. Serviam para divulgar as obras dentre um povo que possuía sede de conhecimento, porém ao mesmo tempo afastava, já que em um grupo de leitor e ouvintes, o leitor mostrava-se como superior em sua posição, enquanto quem ouvia era inferior por não possuir essa função. Ser alfabetizado também representava *status* social.

A preocupação básica nos séculos XVI e XVII, além de formar uma elite culta e religiosa, era de difundir a Língua Portuguesa. Os padres utilizavam a influência dos meninos brancos, órfãos ou filhos de colonos, sobre os meninos índios, postos em contato nos mesmos colégios. Não se acreditava que sem essa influência sobre os indígenas seria possível educá-los. Segundo o pesquisador Carlos Theobaldo, na obra **A contribuição jesuítica na implantação do português do Brasil** (2008), o número de escolas também era significativo, no séc. XVII os jesuítas possuíam, além das escolas para meninos e outros estabelecimentos de ensino menores, onze colégios no Brasil.

Em 1759 ocorreu a expulsão dos Jesuítas do Brasil, mas o país não sofreu uma reforma no ensino. Com isso, a única modificação que ocorreu foi a destruição de todo o sistema educacional criado pelos jesuítas em terras brasileiras. No lugar das idealizadas reformas, mas medidas tardias e fragmentárias nos anos de 1759 e de 1772. Para Almeida, em **História da instrução pública no Brasil: 1500-1889**, estas medidas de emergência, que o alvará batizou de “reformas”, visavam:

Não só reparar os mesmos estudos para que não caissem na total ruína em que estavam próximo mas ainda restituir-lhes aquele antecedente ilustre que fez dos portugueses tão conhecidos na República das Letras, antes que os ditos religiosos se intromettessem a ensiná-los, com os sinistros intentos e infelizes sucessos. (ALMEIDA, 1989, p. 79)

Só em 1772, treze anos após a expulsão da Companhia e da formulação deste alvará que se pretendeu reorganizar os estudos da humanidade. Surgia então uma ordem régia que

ordenava estabelecer aulas, de primeiras letras, de gramática, de latim e de grego no Rio de Janeiro e nas principais cidades das capitanias. A criação do “subsídio literário”, datado do dia 10 de novembro de 1772, foi um imposto criado para a manutenção do ensino primário médio, que teve sua cobrança iniciada no ano seguinte, em 1773 e não chegou a cobrir, nem em Portugal e tanto como na Colônia, os custos totais dos gastos dos processos educativos. Mais tarde se inauguraram aulas-régias de Latim em Minas e de Filosofia no Rio.

Os planos não saem como o ideal planejado para favorecer as aulas. A fiscalização das aulas-régias, embora determinadas pelo alvará de 1759, só foi efetivada quarenta anos depois de exigida, em 1799. Podemos considerar os episódios anteriormente referidos como uma das primeiras, se não a primeira, falta de reforma no ensino brasileiro, e um exemplo para a falta de fiscalização da educação no Brasil, persistente até os dias atuais.

O sistema de ensino jesuítico parecia satisfazer às emergências básicas do Brasil Colônia, que era basicamente estruturado na agricultura e na escravidão. Futuramente, o ensino tradicional se transferiu das mãos dos jesuítas para os padres seculares, frades, franciscanos e carmelitas (a porção mais letrada da sociedade colonial). Dentre as transformações na Colônia funda-se a Imprensa Régia, responsável por imprimir as primeiras obras editadas no Brasil, iniciando, com a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808.

O Brasil antes de tornar-se república geralmente procurava criar uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política, por exemplo, espelhava-se no modelo inglês. A Monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições e imprensa livre. Já, no campo da administração a inspiração vinha de Portugal e da França, pois eram os países que mais se aproximavam da política centralizante do Império.

Todas essas importações serviam à preocupação maior preocupação central, que era a organização do Estado. Somente ao final do Império se iniciam as discussões sobre a formação da nação, com a urgente redefinição da cidadania. Embora José Bonifácio já houvesse alertado para o problema da formação da nação, mencionando a escravidão e a diversidade de etnias, tudo isso ficou em segundo plano, pois a tarefa mais que mais urgia em ser cumprida era a sobrevivência do país. Mais uma vez, as formações social, econômica e, neste caso analisado, intelectual do Brasil, eram deixadas de lado, a sobrevivência era o mais importante, anulando demais preocupações, como o ensino. No Rio de Janeiro no ano de 1850, por exemplo, havia apenas 12 livrarias.

Com o passar do tempo, após a consolidação da unidade política, o tema da nação voltou a ser defendido. Primeiramente o tema foi abordado na literatura, com a publicação da

obra *O Guarani*, de José de Alencar, no ano de 1857. Seu livro buscava definir uma identidade nacional por meio da ligação simbólica entre uma loura portuguesa e um chefe indígena acobreado. A intenção de pensar a nação brasileira estava presente, porém, algumas falhas no que diz respeito a apresentar a história da formação do social do país, afastavam esta obra literária de Alencar da realidade.

Ainda em 1876, Machado de Assis relatava sobre os resultados de um levantamento no Brasil Império: “A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não leem letra de mão”.

A Monarquia aboliu a escravatura em 1888. O problema da incorporação dos escravos agora libertos à própria identidade nacional, que era um problema a ser resolvido, mais uma vez tornou-se um problema não resolvido. No curto período de um ano entre a abolição e a República nada foi feito, o governo gastara toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a falta de indenização.

Para podemos ter uma noção do panorama da educação desta época, através do número de letrados, podemos tomar como base se análise a lei eleitoral de 1881, que introduzia o voto direto, acabara por reduzir drasticamente a participação eleitoral: ao exigir dos eleitores saber ler e escrever reduziu o eleitorado que era de 10% da população, a menos de 1%, numa população de aproximadamente 14 milhões.

É apenas no Rio de Janeiro do século XIX que vemos ocorrer a quebra das fronteiras entre a casa e as ruas que, antes pertenciam apenas aos escravos e trabalhadores livres. As ruas passam a ser frequentadas por famílias a passeio e por mesmo senhoras que já dispensam o acompanhamento de suas mucamas, com isso as livrarias ganham maior público, mesmo existindo em pequeno número no país e concentradas apenas em grandes capitais. No Rio de Janeiro, o número de livrarias, em 1890, sobe para 45 unidades.

Segundo Araújo: “Até o final do século XIX, a rua representava, para a família tradicional, uma forte ameaça ao seu equilíbrio, capaz de corromper seus valores morais e desintegrar sua solidez como instituição.” (p.34)

Nas décadas que seguem a formação do Brasil, observamos mudanças relevantes para a população e inclusive para a formação intelectual desse país. São elas: a Constituição de 1891, a Semana de Arte Moderna em 1922. Na década de 30: Criação da USP, primeira universidade do país, sua fundação é bastante tardia se comparada a outros países da América Latina, o projeto de industrialização e a Revolução de 30. Logo, nos anos 40 e 50, está o surgimento do Estado Novo, a Constituinte de 1946, o mandato presidencial de Juscelino

Kubitschek, que previa “Anos Dourados” para o país, movimento que ficou conhecido como “Cinquenta anos em cinco”.

Já, nas décadas de 60 a 90 o corre o episódio da instituição das Ditaduras na América Latina, o Brasil passa a ser regido por Atos Institucionais, e não mais por uma constituição. Neste período a educação é em sua maior parte voltada ao mercado de trabalho. Uma Constituição volta a reger o país apenas em 1988, há a reconstrução da UNE (União Nacional dos Estudantes) e nos anos 90 o Movimento Caras Pintadas, que originará o Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. É nessa década que surge e se populariza o Código de Defesa ao Consumidor. Nos anos 2000 a Internet toma conta com abundância, o Brasil é um país com grandes números de usuários de redes sociais.

Desde o Brasil Colonial são perceptíveis bruscas mudanças na formação social, política, econômica e sendo assim, também intelectual do Brasil. O país se mostra bastante heterogêneo em sua história e com isso o ensino passa a ser afetado. Porém, através dessa breve retrospectiva, dando maior ênfase aos anos iniciais, pós-descobrimto, percebemos que não é possível culpar apenas os fatos atuais para os déficits na educação no Brasil contemporâneo e na pós-modernidade.

## A ANÁLISE DE BAUMAN

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas** (2009), discorre que a sociologia pode nos oferecer elementos para que possamos compreender os processos que moldaram a sociedade em que vivemos, e que nossos paradigmas não são individuais, e sim compartilhados, já que tem raízes sociais, portando só podem ser enfrentados de maneira eficaz se a tarefa for explorada no coletivo.

Bauman dedica um capítulo de seu livro para uma importante reflexão acerca da educação e do ensino. O capítulo 10 é intitulado: Educação: sob, para e apesar da pós-modernidade e alguns pontos analisados vêm de encontro a situação atual da educação no Brasil.

No Brasil, existem inúmeras reformas educativas em curso, questão essa abordada anteriormente, já que desde os primeiros séculos após a colonização do país reformas educacionais foram pensadas no momento de uma grande mudança econômica, política ou social, mas nem sempre estas reformas funcionam efetivamente.

Geralmente estas reformas educativas são fundamentadas pela falta de qualidade nos processos educativos, infelizmente os professores são tidos como os responsáveis pela baixa condição do ensino, considerada proveniente das instituições de ensino superior. Esse discurso vem sendo reproduzido e aderido às falas de senso comum. Mas, no cotidiano da escola se espera que o professor seja aquele que saiba utilizar técnicas e métodos de ensino independente de seu saber acadêmico.

A docente da Faculdade de Educação da USP e professora de História, Katia Maria Abud, nos lembra de que:

O jovem é bombardeado por informações e imagens sobre a sociedade em que vive, em um processo de aprendizagem tortuoso, no qual os meios de comunicação, especialmente a televisão, ocupam um importante espaço. Na correção desse percurso, a mediatização a ser realizada pelo professor é de fundamental importância. Tal mediatização, porém, implica a (re)elaboração, pelo professor, desses conceitos, a iniciar pela própria questão da sua identidade profissional, [...] (ABUD, 2003, p. 91)

Na observação da professora, notamos outros aspectos, que fogem da alçada do professor, um desses aspectos é o número exacerbado de informações recebidas pelos estudantes, especialmente provenientes da Internet e das redes sócias. A escola não daria mais conta das necessidades da pós-modernidade. Ser professor na atualidade e dentro da realidade de um país que historicamente possui um processo educativo bastante precário é um desafio que merece uma importante reflexão.

A construção da identidade profissional, nesse caso dos professores, é um processo extenso e complexo, que muitas vezes sequer é notado pelo sujeito que o está vivenciando. A autoestima do professor faz parte desse processo, e é ela que o trará o questionamento que remete as questões: “quem somos e para que servimos?”. As representações de nos mesmos surgem quando conversamos sobre nossas práticas profissionais, nossas histórias e nossas ideias sobre a profissão. Está é uma das funções das disciplinas de Estágio promovidas pelas Licenciaturas, o compartilhamento de experiências. Podemos verificar o momento do Estágio tal como os projetos de formação continuada, fora o aprendizado teórico, também o aprendizado a partir das vivências dos colegas, provenientes de distintas áreas ou campos de atuação. É possível acredita que exista um espaço para então “aprender a profissão”.

O reconhecimento do professor surge do entendimento de que ele não é um mero intermediário de um saber produzido e terminado, mas sim que ele é um profissional que constrói, junto aos alunos, o conhecimento escolar, que deve culminar com o conhecimento

da realidade onde vive e com a construção da sua própria identidade social, ou seja, como cidadão.

Entretanto, para Bauman (2009), a respeito da educação na pós-modernidade, se faz necessária uma análise que não está muito clara até o momento: quem atua como professor e quem atua como aluno? Quem possui o conhecimento a ser transmitido e quem está situado no papel de receptor desta transmissão? E o sociólogo ainda vai mais longe, propondo a reflexão: quem decide qual conhecimento deve ser passado adiante e merece ser incorporado? (p. 162). A partir disso podemos verificar que a educação não depende apenas do professor, o ensino deve ser portando uma troca mútua entre professor e aluno, isso sem falar na importância das instituições de ensino.

A atual crise no sistema educacional é uma crise das instituições e filosofias herdadas. Se verificarmos a história do país, observamos que por diversas vezes o ensino foi deixado de lado em nosso país e que a educação era um divisor ao contrário de causar a união da sociedade. Ainda para Bauman, a crise pós-moderna aflige todas as instituições educacionais estabelecidas, o que trás ainda mais preocupações para o ensino (p. 164).

A lista de transformações sociais, culturais e políticas que desencadearam essa crise [da pós-modernidade] é longa. As mais decisivas, porém, estão intimamente relacionadas ao rápido enfraquecimento das bases e garantias institucionais ortodoxas da autoridade das universidades. (BAUMAN, 2009, p. 165)

Na citação anterior, o sociólogo aponta a Universidade como uma das instituições que se tornaram problemáticas na pós-modernidade, embora seja uma instituição enraizada desde a Idade Média. No caso do Brasil, a Universidade é uma entidade muito jovem, datada da década de 1930, o que acarreta ainda mais questionamentos sobre a situação atual e o futuro do ensino do país. Enquanto o Brasil foi uma Monarquia entre Repúblicas na América Latina, durante um determinado espaço de tempo, também é um país vizinho de universidades centenárias, como a Universidade de Córdoba, na Argentina, mas isso não parece lhe servir de comparativo ou de exemplo.

Bauman também aponta, a nível universal, um problema que inclusive está presente em nosso país. A busca pela cultura da universalidade pode não causar mais tanto entusiasmo quanto anteriormente e a universidade pensada como um espaço de supremo conhecimento e de valorização não está mais sendo um argumento sustentável (p. 166). Tudo isso visto que diversas agências e faculdades vêm exercendo o mesmo papel e passando a mesma mensagem que está grande instituição, mesmo sem possuir da mesma qualidade. A visão primordial é

que esta ofereça ao educando um diploma, que poderá ou não ser um obstáculo em seu futuro se depender do nome da instituição promotora.

Talvez a falta de entusiasmo e do interesse pela busca de instituições de ensino de valor, tenha sido corrompido pelo exagerado acesso à informação proveniente da pós-modernidade. Os professores não são mais os que possuem acesso exclusivo à informação, atualmente as fontes de conhecimento não exigem mais um policiamento. Ainda para Bauman, o aprendizado não necessita mais de uma única lógica, e com isso a busca pelo aprendizado superior torna-se cada vez mais desinteressante à aqueles que não estão no meio ou que não se interessam por essa forma de ensino. (p. 167)

Acreditamos que exista uma descrença no ensino e os motivos podem ser contabilizados. A facilidade de acesso a determinadas faculdades, as dificuldades na educação e na formação desde os anos iniciais do ensino, a falta de interesse devido a facilidade ao acesso à informação e, sobretudo, a revolução da tecnologia.

## CONCLUSÃO

A revolução tecnológica demonstra suas vantagens e desvantagens. O mundo moderno não sobreviveria mais sem tais tecnologias, ao mesmo tempo em que são suportes para o saber, elas afastam os interesses, pois apresentam meios de saídas novos, que agradam os menos interessados ao ensino soberano, proposto desde muito tempo e percebido como o ideal. A proposta de “aprender sozinho” está ao acesso de todos, mas não podemos crer que está levará a uma carreira profissional vitalícia.

As instituições de ensino, tanto em países ricos como em países subdesenvolvidos, apresentam uma característica de empresas, elas enfrentam a necessidade de repensar e readequar seu papel perante a sociedade, em um mundo onde os serviços tradicionais não possuem mais utilidade, que está estabelecendo novas regras para diversos setores diante das pessoas veem com grande suspeita os valores defendidos por elas.

A educação, ainda mais em nosso país, enfrenta uma tarefa desafiadora. Segundo Bauman (2009), as instituições de ensino necessitam teorizar um processo formativo que não é guiado desde o princípio pela forma do alvo projetada de antemão, necessitam também moldar sem conhecer ou visualizar o modelo a ser atingido, um processo que pode sugerir, mas nunca impor seus resultados. Resumindo: a educação nos dias atuais necessita moldar um processo com final aberto, mais preocupado em permanecer assim do que obter todo e

qualquer resultado específico e temendo mais qualquer encerramento prematuro do que buscando evitar a perspectiva de permanecer para sempre sem conclusão.

Não podemos mais prever o que irá acontecer futuramente com o sistema de ensino e suas instituições. Acreditamos que este seja o maior desafio dos educadores, tendo em vista um país com déficits educativos muito significantes, e com uma história intelectual marcada por rupturas e por poucos acertos desde a sua origem.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. Um Projeto de Formação Continuada para Professores de História. In: **Formação Continuada de Professores: uma releitura das áreas de conteúdo**. Anna Maria Pessoa de Carvalho (coord.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 91.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500 - 1889)**. São Paulo: PUC, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2009.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Tradução: Mauro Gama. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SEFFNER, Fernando. **Leitura e escrita na história**. In: Ler e escrever compromisso de todas as áreas. 9ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura & realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.